



APARECEU A MARGARIDA? HISTÓRIA E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE MULHERES CAMPONESAS NO MS: UM ESTUDO SOBRE GÊNERO E TRABALHO (1986 A 1994)

Elisa de Oliveira Kuhn¹

Escrever uma história das mulheres em muitos aspectos implica falar em “invisibilidade”. Durante séculos, no que se refere à sociedade ocidental, elas simplesmente não “aparecem” na história. Acreditamos, entretanto, que esse ocultamento nada tem de “natural”, mas que é tecido cotidianamente na teia de representações sociais que informam e valoram os diferentes papéis atribuídos a homens e mulheres.

No sentido de rompimento com essa “invisibilidade”, as lutas do movimento feminista, a partir da década de 1960, contribuíram de maneira importante para a “inclusão” das mulheres como objeto e sujeito da história, afirma Sohiet (1997). Segundo a autora com a “grande reviravolta da história”, um processo de pluralização dos objetos da investigação histórica, em seu bojo, alçou as mulheres à condição de “objeto e sujeito da história”, sendo esta tarefa assumida preferencialmente por historiadoras e historiadores adeptos da história cultural “preocupada com as identidades coletivas de uma ampla variedade de grupos sociais: os operários, camponeses, escravos, pessoas comuns”.

Em meados da década de 1970, uma ampliação do campo de questionamentos da história das mulheres, com o acúmulo de conhecimento erudito produzido pelas acadêmicas “feministas” do início, surgimento de controvérsias internas, o avanço de diálogos interpretativos e a emergência de autoridades intelectuais reconhecidas que pode indicar uma busca de “legitimidade” científica”, baseada num distanciamento em relação à política.

Os anos 1980 teriam visto um grande rompimento com a política que teria propiciado para esse campo a conquista de seu próprio espaço através de um desvio da categoria “mulheres” para a categoria “gênero”, aparentemente desprovida de “ideologia”. A emergência da história das mulheres como campo de estudo envolveria então, nessa interpretação, uma “evolução”, do feminismo para as mulheres e daí para o gênero, ou, “da política para a história especializada e daí para a análise”. As avaliações sobre essas aproximações e distanciamentos são variadas.

A grande ambigüidade inerente ao projeto da “história das mulheres” seria o fato de que ela é ao mesmo tempo um suplemento inócuo à história estabelecida e um deslocamento radical dessa

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da UFGD. E-mail: elisa_kuhn@ibest.com.br .



história. Suplemento é considerado uma “indefinição”, pois significa tanto uma adição, quanto uma substituição, refere à sua “força política potencialmente crítica, que desafia e desestabiliza as premissas disciplinares estabelecidas, mas sem oferecer uma síntese ou resolução fácil”. Trata-se do questionamento fundamental do “sujeito histórico universal” contido no “homem” que, durante muito tempo defendeu-se abarcar toda a humanidade. Faz isso explicitando a hierarquia implícita presente em muitos relatos históricos, além de desafiar “tanto a competência de qualquer reivindicação da história de fazer um relato completo quanto à perfeição e a presença intrínseca do objeto da história: o homem universal”.

Essa capacidade subversora da inclusão das mulheres vem na teia de uma primeira família de sentido que gravita entorno do termo representação, aquele que se refere ao reconhecimento da dimensão narrativa do conhecimento histórico, formulando-se assim num conceito teórico-metodológico ou epistemológico. Um outro ponto chave dessa “reviravolta”, Chartier (2002) desnova a partir das discussões no seio da disciplina sobre o que seria uma “crise” da representação. Assim concebida a representação em uma segunda família de sentido se refere a uma operação mental que tem por objetivo evocar a presença de algo ausente e que tem sua força embasada na fragilidade da imaginação, que tenderia a considerar os “sinais visíveis” a própria realidade, que não existe, nesse sentido é conceito chave da teoria do simbólico.

“a representação é o instrumento de um conhecimento mediato que revela um objeto ausente, substituindo-o por uma “imagem” capaz de trazê-lo a memória e pintá-lo, tal como é”.²

Partindo do pressuposto que toda realidade, como conhecimento, é uma representação poderíamos afirmar que os indivíduos organizam sua relação com o mundo mediante estruturas complexas de representação que são utilizadas na comunicação. Entretanto, historicamente, essa “tendência a fixação” dessa “imagem” permitiria manipular a imaginação das pessoas, “fabricando respeito e submissão”, um instrumento que produziria uma “imposição interiorizada”, necessária onde não se pode usar o recurso da força bruta. As lutas de representações adquirem, assim, fundamental importância para compreendermos o processo de “hierarquização da própria estrutura social”.

É o que nos leva a adotar sua proposta de uma “história das apropriações”. Essa que “visa uma história social dos usos e das interpretações, relacionados à suas determinações fundamentais e inscritos nas práticas específicas que os produzem”.

²CHARTIER, R. *À beira da falésia: a história entre certezas e inquietude*. trad. Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Editora Universidade/UFRGS, 2002. P. 74.



“Dar assim atenção às condições e aos processos que, muito concretamente, sustentam as operações de construção de sentido (na relação de leitura mas também em muitas outras) é reconhecer, contra a antiga história intelectual, que nem as inteligências nem as idéias são desencarnadas e, contra o pensamento universal, que as categorias dadas como invariantes, quer sejam filosóficas ou fenomenológicas, devem ser construídas na descontinuidade das trajetórias históricas”.³

Acredito que este seja um ponto em que as representações e o gênero se entrecruzam. Joan Scott argumenta que, no seu uso descritivo, o gênero é apenas um conceito associado ao estudo das coisas relativas às mulheres, mas não tem a força de análise suficiente para interrogar e mudar os paradigmas históricos existentes. As mudanças na organização das relações sociais correspondem, sempre, à mudança nas representações de poder, mas a direção da mudança não segue necessariamente um sentido único. Scott apóia-se nos pós-estruturalistas, que se preocupam com o significado, pois enfatizam a variedade e a natureza política deste. A categoria gênero é definida como

“...uma maneira de indicar as construções sociais: a criação inteiramente social das idéias sobre os papéis próprios a homens e mulheres. É uma maneira de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres. O gênero é, segundo essa definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado.”⁴

Com base nessas reflexões, a autora apresenta sua proposta teórica, com vistas à aplicação do conceito de gênero na problematização dos “modos” como as relações entre os sexos estruturaram-se ao longo da história. Ao fazê-lo ressalta inicialmente dois aspectos importantes os quais adverte, não devem jamais ser tomados de forma estanque senão como elementos constitutivos de realidades historicamente situadas.

- a) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos;
- b) o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder.

A utilização da categoria gênero conforme Scott, refere-se inicialmente a uma ênfase dada pelas feministas dos Estados Unidos às “conotações sociais em contraste com as conotações físicas de sexo”, tornando possível pensar em termos de diferentes sistemas de gênero e nas relações daqueles com outras categorias como raça, classe ou etnia, assim como levar em conta a mudança. Tudo isso ocorre em um período em que desafiava-se a hegemonia heterossexual da classe média e branca do termo “mulher”, argumentando que as diferenças fundamentais da experiência tornaram impossível reivindicar uma identidade isolada.

³ Idem, p. 68.

⁴ SCOTT, Joan. História das Mulheres. In BURKE, Peter. *A Escrita da História: Novas Perspectivas*. Trad. Magda Lopes. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.



“... *gênero* dá ênfase ao caráter fundamentalmente social, cultural, das distinções baseadas no sexo, afastando o fantasma da naturalização; dá precisão à idéia de assimetria e de hierarquia nas relações entre homens e mulheres, incorporando a dimensão das relações de poder; dá relevo ao aspecto relacional entre as mulheres e os homens, ou seja, de que nenhuma compreensão de qualquer um dos dois poderia existir através de um estudo que os considerasse totalmente em separado, aspecto essencial para “descobrir a amplitude dos papéis sexuais e do simbolismo sexual nas várias sociedades e épocas, achar qual o seu sentido e como funcionavam para manter a ordem social e para mudá-la”.⁵

Para Michelle Perrot (2005) é o tema da identidade o que tem sido mais fecundo com relação aos estudos que tomam o gênero como categoria orientadora. Questionar os processos coletivos de identificação a partir dos quais os grupos sociais se definem, através das alteridades, a análise dos discursos sobre a divisão sexual do trabalho, podem ser reveladoras de “sutilezas” do processo de construção de relações de poder assimétricas entre homens e mulheres, particularmente no caso em tela que se refere movimentos sociais, os quais costumam invocar identidades para legitimar suas lutas por direitos.

A questão das identidades coletivas⁶ como aspecto inevitável da vida social, faz emergir as diferenças dentro da diferença e o debate sobre o “modo e a conveniência de se articular o gênero como uma categoria de análise”, incluindo nessa já complexa questão outras variáveis como classe, raça e etnia. A abordagem “pós-estruturalista” dessa questão relativiza a identidade e a priva de suas bases em uma “experiência” essencializada, elementos cruciais, na maior parte das definições podronizadas de política, para a mobilização dos movimentos sociais. Problematicando a identidade a partir da tensão entre a igualdade e diferença apresentam interpretações dinâmicas do gênero que enfatizam a luta, a contradição ideológica e as complexidades das relações de poder⁷.

Para Michelle Perrot a relação das mulheres com o poder, inscreve-se primeiramente no jogo das palavras, na polissemia do termo, que no singular refere à conotação tradicional de política, centrada na figura do Estado e supostamente masculina, já no plural refere a uma posição teórica que o compreende enquanto “influências” difusas e periféricas, onde se encontrariam os “poderes” das mulheres. Segundo ela, a pesquisa acadêmica tem contribuído para a reavaliação do “poder” das mulheres, buscando superar o discurso miserabilista da opressão, subverter o ponto de vista da dominação através da visibilidade dada à ação das mulheres e a existência dos seus

⁵ SOHIET; Rachel. História das Mulheres. In CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da História: Ensaio de Teoria e Metodologia*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997. 19ª reimpressão. p. 288.

⁶ WOODWARD, K. *Identidade e Diferença: uma introdução teórica e conceitual*. In SILVA, T. T. Et all (orgs.). *Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais*.

⁷ Entendemos o poder aqui a partir das reflexões de Michel Foucault onde é considerado uma relação de forças, que só pode existir na relação entre seu exercício e a resistência a ele, em contínua tensão. É algo complexo, difuso. Essas relações utilizam métodos e técnicas muito diferentes uma das outras, segundo a época e segundo os níveis. FOUCAULT, Michel. *Estratégias, poder saber*. Coleção Ditos e Escritos (IV), Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003. p. 231-232.



poderes. É nesse mesmo intento que buscamos, no desenvolvimento da pesquisa, procurar trazer a tona as resistências e consentimentos das mulheres do movimento em sua trajetória de vida, a partir da análise do imaginário feminino do movimento, expresso tanto nas falas quanto em fontes diversas que se entrecruzam.

As relações de trabalho informadas pelas representações dos papéis de gênero são aqui tomadas a partir da diferenciação proposta por Hannah Arendt entre labor e trabalho⁸ sendo o primeiro referido ao privado e o segundo ao público. Tomamos a discussão a partir desse ponto por entender que os discursos referentes a “natureza” da divisão sexual do trabalho foram o “locus” privilegiado da construção da dominação masculina na história, pela exclusão do elemento feminino do espaço público, diretamente referido ao político e seu confinamento ao “lar”, as tarefas de manutenção da vida em seu sentido biológico.

As fronteiras entre o público e o privado “naturalmente” referidas ao gênero nem sempre existiram e elas mudam com o tempo, no século XIX, conforme afirma Scott (1993) assentava-se no discurso dos “ofícios”, que fez da linguagem do trabalho uma das mais sexuadas possíveis, a economia política em muitos aspectos reforçará esse discurso, particularmente no que se refere a uma suposta hierarquia entre “questões de gênero” e “questões de classe”⁹, comum inclusive hodiernamente, em algumas leituras simplistas da teoria marxista.

Exemplo contundente de construção histórica dessa exclusão nos apresenta Saraceno (1995) em um artigo em que enfoca exclusão do elemento feminino na construção do termo cidadania. Em sua diferença em relação aos “iguais-os homens” ao mesmo tempo em que eram afirmadas como sujeitos eminentemente familiares e responsáveis pela unidade familiar. A divisão do trabalho dentro do casamento, não só como prática, mas como modelo em que se inspiram as estratégias

⁸ “O **labor** é a atividade que corresponde ao processo biológico do corpo humano, cujos crescimento espontâneo, metabolismo e eventual declínio têm a ver com as necessidades vitais produzidas e introduzidas pelo labor no processo da vida. A condição humana do labor é a própria vida[...]O trabalho é a atividade correspondente ao artificialismo da existência humana, existência esta não necessariamente contida no eterno ciclo vital da espécie, e cuja mortalidade não é compensada por este último. O **trabalho** produz um mundo artificial de coisas, nitidamente diferente de qualquer ambiente natural. Dentro de suas fronteiras habita cada vida individual, embora esse mundo se destine a sobreviver e transcender todas as vidas individuais. A condição humana do trabalho é a mundanidade.” ARENDT, Hanah. *A condição humana*. São Paulo: Forense, 1989.p. 15, grifos meus.

⁹ De acordo com Burke (2002) classe é um modelo explicativo da estrutura social, construído por Karl Marx. Embora o capítulo “Classe” em “O Capital” esteja incompleto, tentativas foram feitas para suprir essa falta, a partir de interpretações de outros textos do mesmo autor. Para Marx classe é um grupo social com uma função específica no processo de produção. Proprietários da terra, capitalistas e trabalhadores, que nada possuem a não ser as mãos, formam as três grandes classes sociais correspondentes aos três fatores de produção na economia clássica: terra, trabalho e capital. As diferentes funções dessas classes dotam-nas de interesses conflitantes e de probabilidades de pensar e de agir de formas diferentes. Portanto história é o relato do conflito de classes. A relevância do termo para o trabalho reside no fato de essa teoria ter influenciado sobremaneira os movimentos sindicais no mundo todo, inclusive no Brasil. BURKE, Peter. *História e teoria social*. trad. Klauss Brandini Gerhardt e Roneide Venâncio Majer. São Paulo: Editora UNESP, 2002.



individuais de homens e mulheres, afirma, continuam a ser “posições e experiências socialmente construídas como assimetricamente complementares com base na pertença de gênero”.

Diante dessa fundamentação, em um primeiro eixo, nos propomos a analisar o Movimento de Mulheres Agricultoras/MS, sua construção, seus desafios e ambivalências. Nesse ponto, parece ser de fundamental importância aprofundar a questão dos embates entre os discursos de gênero e classe no seio dos movimentos sociais de luta pela terra, no sentido de desconstruir uma leitura muito comum (e simplista), de que a dominação de gênero “naturalmente” acabaria, com a supressão da dominação de classe, e que, portanto, estas eram “questiúnculas”, “assuntos de mulher”, que deveriam “ficar para depois”.

Não se trata, em absoluto, de teorizar sobre a definição de classe, não é esse o objetivo principal do trabalho, trata-se apenas de, a partir das fontes, analisar como essa categoria oriunda do marxismo torna ou não “invisível” o papel feminino nas relações de trabalho, e de que maneiras a utilização do “gênero” pode fazer o contrário. O que nos interessa é saber até que ponto a luta/mobilização do MMA/MS para a sua formação, e suas articulações com outros movimentos sociais, como o MST e os Sindicatos de Trabalhadores Rurais, desconstruiu ou reproduziu os papéis de gênero, particularmente no que se refere à divisão sexual do trabalho e a militância política.

As histórias de vida, particularmente analisadas de uma perspectiva interdisciplinar, servem para explorar as relações entre representações sociais, memória e narrativa pessoal. Os projetos que envolvem a análise desse tipo de fonte têm, geralmente, objetivos e resultados políticos explícitos, qual seja nesse caso em que fazemos uma “História Vista de Baixo”, um deles seria o de dar visibilidade e voz a sujeitos/atores históricos que seriam ignorados. Entretanto, nunca há que se perder o horizonte da objetividade, necessário ao fazer científico, ainda que isso implique um aprofundamento, uma problematização de “subjetividades”. Questão de rigor metodológico.

Bibliografia

ARENDETT, Hannah. *A condição humana*. São Paulo: Forense, 1989.

CHARTIER, R. *À beira da falésia: a história entre certezas e inquietude*. trad. Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Editora Universidade/UFRGS, 2002.

FALCON, F.J.C. História e Representação. In: CARDOSO, C.F., MALERBA, J. (orgs.). *Representações: Contribuição a um debate transdisciplinar*. Campinas, SP: Papyrus, 2000.

FOUCAULT, M. *Estratégias, poder saber*. Coleção Ditos e Escritos (IV), Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003 p. 231-232)



PERROT, Michelle. *Os Excluídos da História. Operários, mulheres e camponeses*. Trad. Denise Bottmann. Paz e Terra.

PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da história*. Trad. Viviane Ribeiro. Bauru: EDUSC, 2005.

SARACENO, C. A dependência construída e a interdependência negada. Estruturas de gênero da cidadania. In: BONACCHI, G. e GROPPi, A.(orgs.) *O dilema da cidadania. Direitos e deveres das mulheres*.

SOHIET; Rachel. História das Mulheres. In CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da História: Ensaios de Teoria e Metodologia*. Rio de Janeiro: Elsevier,1997.19ª reimpressão.

SCOTT, Joan. História das Mulheres. In BURKE, Peter. *A Escrita da História: Novas Perspectivas*. Trad. Magda Lopes. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

SCOTT, Joan. A mulher trabalhadora. In: PERROT, Michelle; FRAISSE, Geneviève.(orgs). *História das Mulheres no Ocidente. vol. 4.O século XIX*. Porto: Afrontamento, 1993.

SCOTT, Joan. *Gênero, uma categoria útil para análise histórica*. http://www.dhnet.org.br/direitos/textos/generodh/gen_categoria.html. Acessado em: 25 de setembro de 2009.

TEDESCHI, L. A. *História das Mulheres e as Representações do Feminino*. Campinas: Ed. Curt Nimuendajú, 2008.

TEDESCHI, L. A. O uso da categoria gênero na história das mulheres camponesas: uma ferramenta necessária. In: MENEGAT, A.S.; TEDESCHI, L.A.; FARIAS; M.F.L (orgs.). *Educação, relações de gênero e movimentos sociais: um diálogo necessário*. Dourados, MS: Ed. da UFGD, 2009.

WOODWARD, K. *Identidade e Diferença : uma introdução teórica e conceitual*. In SILVA, T. T. Et all (orgs.). *Identidade e Diferença : a perspectiva dos estudos culturais*.